

PARECER JURÍDICO

SCDOC Nº 4986/2019

PROCESSO Nº 05785256/2019

INTERESSADO: Gerência de Engenharia da CEGÁS

EMENTA: Administrativo: Licitação – Menor Preço – Serviços de Engenharia – Procedimento regular – Término do certame – Empresa vencedora: ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA. – Assinatura do Contrato Administrativo – Possibilidade, fundamento legal na Lei nº 13.303/2016. Competência do Conselho de Administração da CEGÁS.

DOS FATOS

Retornam os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer conclusivo a fim de efetuar a assinatura do Contrato Administrativo referente à Licitação nº 20190008/CEGÁS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada, para execução dos serviços de desvios em carga, soldagem de trepanação, adequações de estações de transferência de custódia e instalações de automação e controle em estações de gás natural, devidamente especificados no Anexo A – Termo de Referência e quantificado no Anexo B – Planilha de Preços Unitários, parte integrantes do Edital anexo.

Minuciando os autos, observou-se que o procedimento teve sua formalização de maneira regular e completa, tendo como licitante vencedora a empresa ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.

Para a efetiva contratação, consta nos autos a seguinte documentação:

- I. À fl. 01, Justificativa do Gerente de Engenharia da CEGÁS, comprovando a necessidade da contratação em tela, expondo:

“Atualmente a CEGÁS recebe o gás natural proveniente da PETROBRAS através de seis Estações de Transferência de Custódia (ETC), localizadas nos

Av. Washington Soares, 6475 - Bairro José de Alencar - Fortaleza - Ceará - CEP 60.830-005

Central Telefônica: (85) 3266-6900 Fax: (85) 3265-2026

Home page: www.cegas.com.br E-mail: cegas@cegas.com.br

municípios de Aquiraz, Aracati, Caucaia, Horizonte, Maracanaú e Pecém. Essas estações são responsáveis pela estabilização das condições operacionais de recebimento do gás da PETROBRAS para distribuição, bem como pela medição dos volumes disponibilizados para conferência fiscal.

À exceção da ETC de Aquiraz, todos as demais têm pelo menos 20 (vinte) anos de instalação e operação, não tendo passado por reformas relevantes em seu sistema de instrumentação ao longo desse período. O resultado é que muitos equipamentos se encontram obsoletos ou passíveis de substituição por desgaste do tempo. Além disso, muitas normas já foram atualizadas, onde mudanças relevantes não estão abrangidas pelo projeto inicial das ETC's.

As ETC's encontram-se tecnologicamente defasadas em relação sistemas de regulagem, operação e medição da PETROBRAS e em relação aos modernos sistemas das demais concessionárias do país. O resultado é que, além dos padrões atuais estarem fora de normas, a instrumentação não pode garantir uma medição precisa e confiável, comprometendo, inclusive, a segurança operacional de toda a rede de gasodutos. Trata-se de uma não conformidade relevante, uma vez que o volume movimentado pela CEGÁS nessas ETC's, são superiores a 180 milhões de metros cúbicos por ano.

*Com base nessas constatações, a CEGÁS elaborou os projetos de modernização da ETC's, visando o atendimento de todas normas vigentes, onde o conceito de engenharia primou pela modernização dos sistemas de medição e automação, focando na alta confiabilidade dos instrumentos, na segurança operacional e no uso de tecnologia de ponta. A etapa do projeto englobada por esta licitação, visa a modernização das três ETC's consideradas de grande relevância para Companhia e com maiores níveis de não conformidades: **Horizonte e Maracanaú.**"*

- II.** Às fls. 02/133, Termo de Referência apresentado pela Gerência de Engenharia da CEGÁS, demonstrando o escopo dos serviços a serem executados;
- III.** Às fls. 134/140, Especificação Técnica de Pintura elaborada pela CEGÁS;
- IV.** Às fls. 141/151, Especificação Técnica de Obras Civas elaborada pela CEGÁS;
- V.** Às fls. 152/154, Instruções de Segurança Industrial elaborada pela CEGÁS;
- VI.** Às fls. 155/162, Norma de Codificação de Documentos elaborada pela CEGÁS;
- VII.** À fl. 163, Desenho de Sinalização de Gasoduto elaborado pela CEGÁS;
- VIII.** À fl. 164, Planta de Ponto de Teste em Junta Isolante elaborado pela CEGÁS;

- IX.** Às fls. 165/170, Procedimento para análise preliminar de riscos elaborado pela CEGÁS;
- X.** Às fls. 171/173, Desenho da Placa de Sinalização;
- XI.** Às fls. 174/223, Anexo referente aos Requisitos de SMS de Obras e Serviços de Operação e Manutenção;
- XII.** Às fls. 224/225, Matriz de Risco;
- XIII.** Às fls. 226/227, Qualificação Técnica;
- XIV.** Às fls. 228/251, Critério de Medição;
- XV.** Às fls. 252/259, Planilhas de Preços Unitários, com base na Tabela SEINFRA CE/ORSE/SINAPI/Cotações, elaborada pela CEGÁS;
- XVI.** Às fls. 260/263, Composição do BDI;
- XVII.** À fl. 264, Encargos Sociais;
- XVIII.** Às fls. 265/268, Planilhas de Preços Unitários, com base na Tabela SEINFRA CE/ORSE/SINAPI/Cotações, elaborada pela CEGÁS;
- XIX.** Às fls. 269/283, Composições de Preços;
- XX.** Às fls. 284/327, Pesquisa de Preços através da Tabela ORSE (Orçamento de Obras de Sergipe);
- XXI.** Às fls. 328/339, Pesquisa de Preços com empresas atuantes no mercado;
- XXII.** Às fls. 340/345, Planilha Comparativa de Preços;
- XXIII.** Às fls. 346/349, Planilha de Preços – Menor Preço;
- XXIV.** Às fls. 350/351, Cronograma Físico-Financeiro;
- XXV.** À fl. 352, Solicitação de dotação orçamentária;
- XXVI.** Às fls. 353/354, Dotação Orçamentária expedida pela Gerente de Planejamento da CEGÁS, comprovando a existência de verba disponível para a realização do objeto;
- XXVII.** À fl. 355, Justificativa para apresentação de apenas 02 propostas de preços para compor a cotação, exarada pela Gerência de Engenharia da CEGÁS;
- XXVIII.** Às fls. 356/398, E-mails enviados solicitando pesquisa de preço, nos quais não tiveram respostas;
- XXIX.** Às fls. 399/463, Minuta do Edital de Licitação e seus anexos, dentre eles a minuta do Contrato;
- XXX.** Às fls. 464/469, Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica da CEGÁS opinando favoravelmente sobre a viabilidade da realização do certame;
- XXXI.** Às fls. 470/471, Pauta de Reunião da Diretoria Executiva da CEGÁS, aprovando o processo de licitação;
- XXXII.** À fl. 472, Carta do Diretor Presidente da CEGÁS encaminhando o procedimento licitatório para o Secretário da Infraestrutura – SEINFRA;

- XXXIII.** À fl. 473, Solicitação do número CBMS;
- XXXIV.** À fl. 474, Lista de itens – Especificações e Quantitativos;
- XXXV.** À fl. 475, Auditoria da Publicação nº 2019/19272, constando o status 'aguardando publicação';
- XXXVI.** À fl. 476, Tramitação interna na SEINFRA, encaminhando o processo para análise do orçamento;
- XXXVII.** À fl. 477, Folha de Informação e Despacho exarada pela SEINFRA, contendo a análise dos valores utilizados para o preço de referência;
- XXXVIII.** À fl. 478, Folha de Informação e Despacho exarada pela SEINFRA, devolvendo o processo para a CEGÁS;
- XXXIX.** Às fls. 479/535, Resposta da CEGÁS aos questionamentos da SEINFRA;
- XL.** Às fls. 536/537, Novo Cronograma Físico-Financeiro;
- XLI.** À fl. 538, Tramitação interna na SEINFRA, encaminhando o processo para uma nova análise do orçamento;
- XLII.** À fl. 539, Tramitação interna na SEINFRA, contendo autorização para o início do processo licitatório;
- XLIII.** À fl. 540, Ofício do Secretário da Infraestrutura encaminhando para a PGE/CE o procedimento licitatório;
- XLIV.** Às fls. 541/542, Cópia do Diário Oficial do Estado constando as designações dos membros das comissões de licitação;
- XLV.** À fl. 543, Justificativa da CEGÁS para utilização do índice de liquidez geral;
- XLVI.** À fl. 544, Justificativa da CEGÁS para não utilização de consórcio;
- XLVII.** À fl. 545, Auditoria da Publicação nº 2019/19272, constando o status 'aguardando publicação';
- XLVIII.** Às fls. 546/550, Emails da PGE solicitando esclarecimentos, juntamente das respostas da CEGÁS;
- XLIX.** À fl. 551, Solicitação de dotação orçamentária;
- L.** Às fls. 552/553, Dotação Orçamentária expedida pela Gerente de Planejamento da CEGÁS, comprovando a existência de verba disponível para a realização do objeto;
- LI.** À fl. 554, Justificativa da CEGÁS para utilização do índice de liquidez geral;
- LII.** À fl. 555, Justificativa da CEGÁS para não utilização de consórcio;
- LIII.** Às fls. 556/591, Edital de Licitação nº 20190008/CEGÁS e seus anexos, dentre eles a minuta do Contrato;
- LIV.** Às fls. 592/594, Aviso de Licitação;
- LV.** Às fls. 595/596, Auditoria da Publicação nº 2019/19272, constando o status 'aguardando autorização';

- LVI.** À fl. 597, Email de licitante informando que adquiriu o edital;
- LVII.** Às fls. 598/599, Publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial do Estado, datado de 07/11/2019 e no jornal de grande circulação;
- LVIII.** À fl. 600, Email de licitante informando que adquiriu o edital;
- LIX.** Às fls. 601/631, Documentação referente à proposta de preços da licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.;
- LX.** Às fls. 632/643, Documentação referente à proposta de preços da licitante VM ENGENHARIA LTDA.;
- LXI.** À fl. 644, Ata da reunião da Comissão Especial de Licitação 3 relativa à Licitação nº 20190008/CEGÁS, na qual houve a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços;
- LXII.** À fl. 645, Ofício do Presidente da CEL 3, encaminhando para análise técnica da CEGÁS os documentos referentes as propostas de preços das empresas participantes do certame;
- LXIII.** À fl. 646, Parecer Técnico da CEGÁS, através da Gerência de Engenharia da CEGÁS, com o de acordo do Diretor Presidente, concluindo que as propostas de preços das licitantes atendem aos requisitos e, que, portanto, estão habilitadas;
- LXIV.** À fl. 647, Email da Central de Licitações – PGE convocando as licitantes para a sessão pública;
- LXV.** Às fls. 648/797, Documentos de habilitação e qualificação técnica da licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.;
- LXVI.** À fl. 798, Ata da reunião da Comissão Especial de Licitação 3 relativa à Licitação nº 20190008/CEGÁS, na qual houve a declaração do resultado de julgamento, constando a licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA. como 1º lugar;
- LXVII.** À fl. 799, Email da Central de Licitações – PGE encaminhando a ata de sessão pública aos licitantes;
- LXVIII.** À fl. 800, Ofício do Presidente da CEL 3, encaminhando para análise técnica da CEGÁS os documentos da licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.;
- LXIX.** Às fls. 801/802, Parecer Técnico da CEGÁS, através da Gerência de Engenharia da CEGÁS, com o de acordo do Diretor Presidente, concluindo que a licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA. atende aos requisitos solicitados;

- LXX.** Às fls. 803/805, Email da PGE solicitando diligências junto à licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA., com a respectiva resposta;
- LXXI.** AUSÊNCIA DA FL. 806
- LXXII.** À fl. 807, Ata da reunião da Comissão Especial de Licitação 3 relativa à Licitação nº 20190008/CEGÁS, na qual declarou como vencedora do certame a licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.;
- LXXIII.** Às fls. 808/810, Aviso de Resultado da Fase de Julgamento;
- LXXIV.** À fl. 811, Publicação do Aviso de Resultado da Fase de Julgamento no Diário Oficial do Estado, datado de 14/01/2020;
- LXXV.** Às fls. 812/813, Auditoria da Publicação nº 2019/19272, constando o status 'finalizada';
- LXXVI.** À fl. 814, Relatório de Conclusão da Publicação, contando como vencedora a licitante ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA.;
- LXXVII.** À fl. 815, Relatório do certame licitatório;
- LXXVIII.** À fl. 816, Folha de informação e despacho, declarando vencedora a empresa ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA., e remetendo os autos à CEGÁS para adjudicação e homologação;
- LXXIX.** Às fls. 817/821, Certidões atualizadas de regularidade fiscal, junto ao FGTS e negativa de falência da empresa ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA., vencedora do certame;
- LXXX.** Às fls. 822/823, Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em nome da empresa ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA., constando a validade das certidões fiscais, trabalhistas, FGTS;
- LXXXI.** Às fls. 824/833, Minuta do Contrato Administrativo, a ser firmado entre as partes;
- LXXXII.** À fl. 834, Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, expedida pelo TCU, informando que nada consta em nome da empresa ENGEAR ENGENHARIA DE AQUECIMENTO E REFRIGERAÇÃO LTDA..

Foram os fatos.

Passamos a análise.

DO DIREITO

É consenso que quando a Administração Pública ao contratar deverá efetuar o procedimento licitatório, procurando selecionar a proposta mais vantajosa, conforme preceitua Marçal Justen Filho:

“A Licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica” (Curso de Direito Administrativo, 1ª edição, São Paulo, Saraiva, 2005, p. 309).

Segundo o saudoso Professor Meirelles, Hely Lopes:

“Licitação é o procedimento administrativo, mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculados para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.” (Direito Administrativo Brasileiro, 35ª edição, São Paulo, Malheiros, 2009, p. 274).

No mérito, o procedimento licitatório ocorreu tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO, sendo amparada na Lei nº 13.303/2016, conforme determinado pelo art. 54 da Lei das Estatais, *in verbis*:

“Art. 54. *Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:*

(...)

I - menor preço;”

Ainda no tocante a Licitação, reitera-se que a mesma trata de um procedimento administrativo por meio do qual o Poder Público procura selecionar a proposta mais vantajosa para os interesses da coletividade nos termos expressamente previsto no edital.

Dando respaldo a orientação acerca da regra da Licitação, o STJ, no julgado proferido pelo Eminente Ministro José Delgado, decidiu:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL.

1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (STJ - MS: 5606 DF 1998/0002224-4, Relator: Ministro JOSÉ DELGADO, Data de Julgamento: 13/05/1998, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 10.08.1998 p. 4RDR, vol. 14, p. 175)

Como salienta José Afonso da Silva:

“O princípio da licitação significa que essas contratações ficam sujeitas, como regras, ao procedimento de seleção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Constitui um princípio instrumental de realização dos princípios da moralidade administrativa e do tratamento isonômico dos eventuais contratantes com o poder público.” (Curso de Direito Constitucional Positivo, 14ª edição, São Paulo, Malheiros Editores, 1997, p. 618.)

Desta feita, com a finalidade de preservação dos princípios da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade, probidade administrativa, eficiência e da própria ileividade do patrimônio público, determinou-se como a regra a obrigatoriedade da licitação.

Além dos já citados princípios que norteiam o procedimento licitatório, qualquer que seja a sua modalidade, vale ressaltar que as licitações realizadas e os contratos celebrados destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar também os princípios da publicidade, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação

ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo. Tudo isso nos termos do art. 31, da Lei 13.303/2016.

CONCLUSÃO

Isto posto, analisado o presente e considerando o que mais dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente quanto à assinatura do contrato com a licitante vencedora, haja vista que o procedimento licitatório realizado, bem como os termos do instrumento jurídico a ser firmado, cumpriram a legislação vigente.

Saliente-se que o instrumento deverá ser encaminhado para a autorização do Conselho de Administração da CEGÁS, conforme competência determinada pelo art. 15, XII, do Estatuto Social da Companhia.

Ressalvando-se que a empresa a ser contratada deverá apresentar no ato da assinatura do contrato a GARANTIA CONTRATUAL, bem como as certidões atualizadas de regularidade fiscal, trabalhista, FGTS e negativa de falência, caso estejam vencidas, as que constam nos autos.

Outrossim, recomenda-se que o contrato seja encaminhado para publicação na imprensa oficial.

É o parecer. S.M.J.

Fortaleza, 04 de fevereiro de 2020.



REBECA ARAUJO
ASJUR – CEGÁS

De acordo:



GEOVANA FROES
ASSESSORA JURÍDICA